

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DO AEE NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

*THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF THE SPECIAL EDUCATION TEACHER IN THE
MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM*

Nivaldo Pedro de Oliveira¹

Sandra Leticia Sampaio Moraes²

Rejeane de Melo Ferreira³

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i5.651>

Aceito em: 14.05.2026

Resumo: O trabalho abordou sobre a prática pedagógica do professor do atendimento educacional especializado na sala de recurso multifuncional, pois frisou que, são espaços que proporcionam múltiplas atividades que estimulem a independência dos estudantes com deficiência, preparando-os para interagir e participar ativamente na sociedade. Encorajou-se a formação para as habilidades sociais e emocionais, como importantes no desenvolvimento cognitivo. Mostrou a formação do professor de AEE no incluir o desenvolvimento de atitudes inclusivas, combatendo preconceitos e estigmas no ambiente escolar. Mostrou como objetivo o analisar das práticas pedagógicas do Professor do de AEE nas SRM. Investigou de que forma o trabalho pedagógico do Professor deste segmento pode colaborar nestes espaços múltiplos? Pois, a formação de um Professor de AEE não deve ser vista como algo pontual, mas como um processo contínuo. Tratou da educação inclusiva numa evolução constante e, das novas pesquisas com inovações tecnológicas que devem ser incorporadas à prática pedagógica. Foi de cunho Bibliográfico, do tipo qualitativo, pois descreveu e narrou sobre metodologia ativas. Além do explorar

- 1 Licenciado em: Letras/Espanhol; Pedagogia; Educação Especial; Ciências Biológicas; Letras/Língua Portuguesa. Especialista em: 24 Áreas da Educação. Mestrados em: Ciências em Educação. Tecnologias Emergentes em Educação. Doutorado: Ciências em Educação. Professor de Ensino Médio na Rede Pública Estadual, de Anos Finais nas Redes Municipal e Estadual, Formador do IFMA, Docente no Ensino Superior, Mediador/Tutor EaD do IFMA/IFPI. Orientador de Monografias do curso de Graduação Pedagogia EPT do IFMA. Orientador de Artigos Científicos em Especializações do IFMA/IFPI/UEMA/UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8827189436684383>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9148-2783>. E-mail nivaldopedro560@gmail.com
- 2 Licenciada em: Letras pela (UFMA). Especialista em Gestão Pública Municipal pela (UEMA). Especialista em Cenários e Modalidades de Educação a Distância (FAMEESP). Mestra em Gestão de Ensino da Educação Básica pela (UFMA). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Coordenadora de Polo Associado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Possui experiência em docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e também no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9629874494442293>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3749-7843>. E-mail sandraleticiasampaio@gmail.com
- 3 Licenciada em: Geografia pela (UFMA). Graduada em: Geografia (UFMA). Graduada em: Direito pela (Faculdade Santa Teresinha - CEST). Especialista em: Geografia Aplicada à Questão Ambiental pela (UEMA) e Educação do Campos pela (UEMA). Mestra em: Tecnologias Emergentes da Educação (MUST University). É Professora Efetiva da Rede Municipal (Anos Finais) em São José de Ribamar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8640942491200508>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7694-4372>. E-mail rejeane.ferreira43@gmail.com

renomados teóricos extraídos do Google Acadêmico, Periódicos Capes, Revistas, E-book, Conedu e Scielo que, serviu de base teórica no achar dos apontamentos sólidos. Trouxe uma estrutura de organização com introdução, desenvolvimento pontuando o capítulo 2 (a política inclusiva na prática docente no ambiente escolar) e uma subseção que tratou da formação do Professor de AEE para o aprendizado inclusivo, além duma conclusão que reforçou a formação continuada. Frisou-se que, a ajuda deste profissional é essencial para que o Professor do ensino regular e, deve sempre estar atualizado e preparado para enfrentar os desafios dos estudantes com deficiência no AEE. E, pontuou os escritos de Marconi; Lakatos (2015), não se fez aplicação de questionário, mas se preocupou com a seleção de obras confiáveis para a metodologia construída, que trouxe uma visão futura para uma publicação, após a aprovação destes escritos, serve de referencial teórico a mais estudos, por tratar de soluções sociais. E, no colaborar nos apontamentos de conceitos, oficinas didático-pedagógicas, como auxílio a comunidade escolar, pontuo as funções deste profissional, do PPP inclusivo e do plano de ação do gestor como momentos inclusivos e competências de excelência. Se mostrou nos resultados que, a colaboração com outros profissionais enriquece o atendimento e favorece uma visão multidisciplinar, visto que, há uma comunicação constante entre a Sala de Recurso Multifuncional e o ensino regular, para o promover duma articulação entre os Professores, dado que, devem participar de formações contínuas sobre práticas inclusivas e adaptações curriculares. Esses são alguns aspectos que delimitam a prática pedagógica na Sala de Recursos Multifuncionais, contribuindo para que o AEE cumpra seu papel de maneira efetiva e inclusiva, promovendo uma educação de qualidade e com equidade para todos os estudantes no ambiente escolar.

Palavras-chave: AEE. Educação Inclusiva. Formação do Professor. Metodologias. SRM.

Resumen: Este trabajo abordó la práctica pedagógica del docente de servicios educativos especializados en el aula de recursos multifuncionales, enfatizando que estos espacios ofrecen múltiples actividades que estimulan la independencia del alumnado con discapacidad, preparándolo para interactuar y participar activamente en la sociedad. Se fomentó la formación en habilidades socioemocionales como un factor clave para el desarrollo cognitivo. Se demostró que la formación del docente de AEE incluye el desarrollo de actitudes inclusivas, combatiendo prejuicios y estigmas en el entorno escolar. Su objetivo fue analizar las prácticas pedagógicas del docente de AEE en el aula de recursos multifuncionales. Se investigó cómo la labor pedagógica del docente en este segmento puede contribuir a estos múltiples espacios. La formación del docente de AEE no debe verse como algo puntual, sino como un proceso continuo. Se abordó la educación inclusiva en constante evolución y las nuevas investigaciones con innovaciones tecnológicas que deben incorporarse a la práctica pedagógica. El trabajo fue de naturaleza bibliográfica, de tipo cualitativo, ya que describió y narró sobre metodologías activas. Además de explorar teóricos de renombre extraídos de Google Académico, revistas CAPES, revistas, libros electrónicos, CONEDU y SciELO, que sirvieron como base teórica para encontrar puntos sólidos, el estudio presentó una estructura organizativa con una introducción, un desarrollo que destaca el Capítulo 2 (Política Inclusiva en la Práctica Docente en el Ámbito Escolar) y una subsección que aborda la formación de docentes de educación especial para el aprendizaje inclusivo, así como una conclusión que refuerza la importancia de la formación continua. Se enfatizó que la ayuda de este profesional es esencial para los docentes de educación regular y que deben estar siempre actualizados y preparados para afrontar los desafíos de los estudiantes con discapacidad en Educación Especial. También se destacaron los

escritos de Marconi y Lakatos (2015). Si bien no se utilizó ningún cuestionario, el estudio se centró en la selección de trabajos fiables para la metodología construida, lo que proporcionó una visión futura para su publicación. Tras la aprobación de estos escritos, sirven como referencia teórica para estudios posteriores, ya que abordan soluciones sociales. Y, al colaborar en notas conceptuales y talleres didáctico-pedagógicos, como apoyo a la comunidad escolar, destaco las funciones de este profesional, el Proyecto Político-Pedagógico (PPP) inclusivo y el plan de acción del/de la director/a como momentos inclusivos y competencias de excelencia. Los resultados mostraron que la colaboración con otros profesionales enriquece el servicio y fomenta una visión multidisciplinar, dado que existe una comunicación constante entre el Aula de Recursos Multifuncionales y la educación regular, lo que promueve la articulación entre el profesorado, ya que debe participar en formación continua sobre prácticas inclusivas y adaptaciones curriculares. Estos son algunos aspectos que definen la práctica pedagógica en el Aula de Recursos Multifuncionales, contribuyendo a que la AEE (Asistencia Educativa Especializada) cumpla su función de forma eficaz e inclusiva, promoviendo una educación de calidad con equidad para todo el alumnado en el entorno escolar.

Palabras Clave: AEE. Educación Inclusiva. Formación Docente. Metodologías. SRM.

1 Introdução

A referida construção apresenta trata de um aprofundar um estudo sobre a prática pedagógica do trabalho profissional no Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos espaços denominados de Sala de Recurso Multifuncional (SRM), especialmente no que diz respeito à revisão bibliográfica, como elemento fundamental no escolher estratégias adequadas no exercer certas demandas e, para levantar-se novas discursões ao se refletir nos estudos já existentes.

Justifica-se pontuando que, a falta de conhecimento envolvendo habilidades práticas para o ensino personalizado nos espaços SRM, é uma etapa que requer compreensão teórica, para que na prática o trabalho deste profissional seja mais relevante no dia a dia com reflexos no ensino comum, na esfera familiar e social, que envolve seus currículos envolvendo todas as disciplinas, o que leva a se perceber a importância deste estudo.

Destaca-se como questionamento para a investigação: De que forma o trabalho pedagógico do professor do atendimento educacional especializado colabora nas salas de recursos multifuncionais? Acredita-se que, aprende-se a personalizar muitas atividades nas salas de aula, como suporte aos profissionais do ensino fundamental ou médio, no entanto, entender a etapa de apoio que se pode dar. Se tem como objetivo, o analisar as práticas pedagógicas do professor do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. Pois, acredita-se que, com tais subsídios, se consiga aprimorar ainda mais o contexto literário sobre o tema em discussão, além de que, aponta-se, sobre estes aspectos uma hipótese no papel ou na prática pedagógica deste professor do AEE nas SRM, como subsídio formativo.

O artigo, traz um embasamento teórico organizado inicialmente, com visitas nas literaturas consultadas, para um alinhar de um contexto referenciado, no intuito de se construir outros materiais de qualidade, além de bibliográfico para outros apontamentos, este ainda é de cunho qualitativo, descritivo e narrativa, pois a devem de muitas observações características envolvendo a prática pedagógica e da falta de SRM em muitas escolas, além de se tratar de fenômenos sociais e sem a manipulação que a pesquisa de campo oferece. Afirma-se que, extraiu-se de minadouras como Google Acadêmico, Periódicos Capes, Revistas, E-book, Conedu e Scielo que, serviram de base no achar de apontamentos sólidos.

Sua estrutura contém uma introdução e expõe o tema de forma leve, um desenvolvimento organizado e subdividido em (capítulo principal e secundário) para que, se discuta melhor o assunto e se foque no incentivar da formação docente, o que faz dos discursos com os renomados autores ao se tratar destes dilemas sociais e claro, envolvem a evolução do discente no ambiente escolar para a vida, o que requer maiores preparações docentes para este tipo de trabalho e a conclusão destacando soluções e dos resultados obtidos neste estudo, além de responder a indagação e se atender ao objetivo proposto. Sendo este, desta esfera, explorou-se teóricos como Carvalho (2000), Mantoan (2003), Alonso (2016), (Oliveira, 2021) e, documentos legais no pontuar das leis e decretos validos país (2010, 2005 e 2009), a LBI de (2015), dentre atuais teóricos da linha deste estudo.

Se concluí destacando que, os ricos discursos destas entrelinhas favorecem alinhamentos do tema, como também, aos novos auxílios para as formações docentes sobre o papel docente no atual contexto em que se vive, no melhor atendimento nas SRM e na melhor forma de se atender estudantes com peculiaridades singulares no ambiente escolar. Assim, os interlocutores despojarão de ideias que atendas seus anseios no chão da escola e, claro no objetivo atendido, do problema investigado com soluções, por isso a pratica pedagógica do professor do AEE na Sala de Recurso Multifuncional é tão relevante na inclusão escolar. E, para se garantir um estudo sólido se tem como estrutura metodológica, os estudos de Marconi; Lakatos (2015) que enriqueceram os discursos desta escrita acadêmica para o explorar geral do tema, sintetizando conceitos, teorias e legislações.

2 A política inclusiva na prática docente no ambiente escolar

A inclusão escolar, é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, equitativa e plural. No entanto, para o contexto educacional algumas realidades ainda são gritantes, embora, se tenha a política inclusiva no visar e para o garantir do acesso, permanência, participação e a aprendizagem de todos os estudantes com ou sem deficiências no chão da escola de fato e, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais são direitos já garantidos em lei. No entanto, sua efetivação no cotidiano escolar ainda representa um desafio significativo para os educadores e gestores, agora imagina as barreiras para estes estudantes. Neste viés, Alonso (2016), ao destaca que:

A Educação inclusiva compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço de todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar (ALONSO, 2016, 12).

Desta forma, torna-se perceptível o papel do contexto inclusivo no ambiente escolar, visto que, o ensino regular é o responsável por boa parte dos novos saberes adquiridos pelos estudantes e, em se tratando de um público específico com suas diversidades a necessidade para adaptações se fazem necessários a todo o momento, dado que, uma mesma deficiência requer atendimentos diferenciados. Assim, o papel da educação inclusiva no ensino regular torna possível o vencer de muitas necessidades apresentadas pelos estudantes, ao longo de suas jornadas escolares.

Pontua-se que, a legislação brasileira, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), abreviada de (LBI de 2015) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece o direito de todos os alunos à educação em classes comuns ou ensino regular, com o devido suporte e atendimento especializado. Entretanto, transformar essas diretrizes em práticas pedagógicas efetivas depende da atuação direta dos professores, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade. Onde vem sendo, os grandes desafios dos últimos anos no trabalho docente e para a escolar.

Destaca-se (CARVALHO 2000, p. 35), ao frisar que: “a palavra da ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem.”, como já se vem pontuando em outros escritos, na lei ou teoria é isto, mas o peso desta palavra ‘equidade’ vai bem mais além do normal ou desta interpretação trazida pelo autor, pois na prática as dificuldades são diversas, escolas sem espaços mínimos, sem pessoal preparado, sem a formação devida, sem sala de recurso ou quando tem, sem os materiais necessários, o que o torna este termo ‘equidade’ complexo de mais na prática docente e no aprendizado igualitário para os estudantes.

As políticas inclusivas na prática docente e no ambiente escolar é um tema de grande relevância para os estudos, especialmente no contexto atual do século XXI, mas ao se tentar buscar mais conhecimentos para o promover uma educação equitativa e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, como deficiência, etnia, gênero ou condição socioeconômica, as realidades estruturais e a pouca verba que chega no chão da escola não dá para muita coisa nas mãos do administrador escolar, pois são tantas as barreiras, que este gestor seleciona de que forma pode investir tal recurso. Embora no:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

Ao se expor as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), se frisa que, são espaços apropriados para que os estudantes sejam atendidos de forma individualizadas, na colaboração

com o professor do ensino comum que sempre deve recorrer para adquirir auxílios de certas particularidades dos estudantes público alvo da educação especial. Além, de espaços que auxiliam os trabalhos docentes, a inclusão não se limita apenas à presença física destes com suas deficiências nas salas de aula, mas no aprendizado do envolver as novas adaptações necessárias para o processo educacional, pois são condições mínimas do garantir que todos estes estudantes possam participar e aprender de forma efetiva e colaborativa.

Embora, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência que entrou em vigor em janeiro de 2016 represente um marco na promoção da cidadania e igualdade de direitos para mais de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, ainda sim, precisa-se vencer desafios, mesmo ela estabelecendo diretrizes importantes para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional e especial, sobre os princípios e metodologias desta educação inclusiva segundo a lei que veio garantir os direitos ao atendimento educacional especializado e, que deve ocorrer preferencialmente em salas de recurso multifuncionais no turno contrário das aulas regulares (Brasil, 2015).

É importante compreender que uma escola inclusiva não beneficia apenas os seus estudantes com necessidades específicas, mas toda a comunidade escolar que necessite deste suporte. Visto que, o convívio com a diversidade enriquece o processo educativo, promove valores como empatia, respeito e solidariedade, e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a transformação social, quando a mesma possui sua SRM funcionando nos dois turnos e no mesmo espaço, favorece o trabalho colaborativo entre estes professores e facilita as famílias neste caminhar inclusivo. Outra política relevante é o:

Art. 2º: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2010).

Tais legalidades introduzem novas perspectivas aos conceitos nos diversos tipos de deficiências já descobertas, mas considerando a falta, inexistências ou ineficiências das SRM no ambiente escolas, comprometem as práticas pedagógicas do mestre no AEE, pois a Sala de Recurso Multifuncional necessita desta profissional para o atender dos estudantes e no suporte aos docentes, como também a comunidade escolar, pois a ordem legal é que o gestor matricule, acontece, no entanto já nas organizações infelizmente já não se tem tais efeitos reais, percebe-se pela falta das condições com qualidade que de fato auxiliem os estudantes em suas reais necessidades, pois os docentes até tentam, mas a luta é gigantesca, ou quase impossível.

A reflexo destes ditos acima, se tem um número grande de estudantes regredindo em suas conquistas e outros a viver na dependência do próximo para tudo, dado que, pais morrerão e os filhos ficam a merecer dos cuidados de terceiros ou parentes. Visto que, o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições

com as demais pessoas. Assim, essa abordagem destaca a importância de remover barreiras sociais e ambientais para garantir a plena participação da pessoa com deficiência. O que torna a análise das práticas pedagógicas do professor do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais de extrema importância para o ensino regular (Moscardini, 2011).

Por isso, ao se reconhecer e valorizar as diferenças como essencial para a inclusão, sempre vai implicar no entender que, cada estudante é único, traz consigo uma bagagem própria de experiências, habilidades e necessidades, o que torna o papel do docente desafiado, pois este deve se aprimorar das adaptações curriculares. Os professores devem ser capacitados para o aprender deste ajuste do currículo, para que de fato atenda às diversas necessidades surgidas. Isso pode incluir a utilização de materiais didáticos diferenciados, mudanças nas metodologias de ensino e avaliações diversificadas que contemple a todos os estudantes. O que faz do ambiente escolar um espaço acessível pois, o físico da escola deve ser adequado para recebe-los e incluir a remoção destas barreiras arquitetônicas, bem como a disponibilização de recursos como tecnologia assistiva e materiais adaptados, o que mexe aí com outros setores diretamente.

É louvável, se entender como a SRM ajuda no trabalho pedagógico dos professores (do atendimento educacional especializado quanto do ensino regular), além de colaborar com suas excelentes funcionalidades na comunidade escolas, a LBI estabelece direitos em diversas áreas, desde a sua implementação, ao promover avanços significativos, como a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a regulamentação dos critérios de avaliação biopsicossocial, e o aprimoramento da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Desta forma, se destaca ou serviços inclusos para a sociedade, tais como:

Tabela 01: Benefícios da LBI para a Sociedade

Capacidade Civil	Assegura o direito de casar, constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, e tomar decisões sobre a vida civil, com possibilidade de apoio por meio da 'tomada de decisão apoiada'.
Educação	Garante a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, com atendimento educacional especializado e profissionais de apoio.
Acessibilidade	Estabelece a obrigatoriedade de acessibilidade em edificações, espaços públicos, transportes, comunicações e serviços.
Atendimento Prioritário	Assegura prioridade em serviços públicos e privados, incluindo proteção, socorro, atendimento em instituições e serviços de atendimento ao público, e tramitação processual.
Mercado de Trabalho	Cria o auxílio-inclusão para pessoas com deficiência moderada ou grave que ingressem no mercado de trabalho, visando à inserção no Regime Geral de Previdência Social.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

A partir desta tabela, fica notável como a LBI ajuda os estudantes na vida adulta, pois assegura direitos que vão além do ambiente escolar, visto que, a etapa escolar obrigatória tem data de início e fim, mas os estudantes após estes momentos, se veem desamparados em muitos dos casos. A lei é inspirada na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a

mesma, ainda visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Quando se deseja uma escola inclusiva, é pensar urgentemente em todos os fatores que os estudantes e docentes precisam para este favorecer, por isso, que o gestor deve pensar num projeto pedagógico inclusivo, ter seu plano de ação favorável neste contexto que redefine a educação inclusiva para o caminhar da cidadania, pois na esfera global, plena, livre de preconceitos, olhares tortos e discriminações dentro ou fora dos ambientes escolares, que os benefícios da LBI para a sociedade vais ajudar no reconhecer, como também, no valorizar das diferenças existentes (Mantoan, 2003).

É notório se destacar que, a LBI também estabelece penalidades para condutas que violem os direitos das pessoas com deficiência, isto inclui (discriminação e Abandono), pois ao se considerar crime discriminar, abandonar ou excluir as pessoas com deficiência, com penas que variam de 6 meses a 5 anos de reclusão e multa, além da (Improbidade Administrativa), dado que, o desrespeito às normas de acessibilidade por órgãos públicos é considerado causa de improbidade administrativa, o que faz de muitos gestores, repensarem em suas recusas nas matrículas no ensino regular.

Além disso, a referida lei, incentiva a conscientização e a mudança cultural em relação à inclusão, buscando eliminar barreiras e promover a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade. E, no papel do professor a formação para o aprender a incluir traz providências, visto que, pensando nas dificuldades de aprendizagem e reconhecendo que cada estudante possui seu tempo, a escola deverá procurar um jeito de atender as diversidades a partir de uma educação acessível e com qualidade para todos. Estes espaços, a Sala de Recursos Multifuncionais são necessários e que deve ser equipada com materiais didáticos adaptados, tecnologia assistiva e recursos que favoreçam a aprendizagem, além dum ambiente acolhedor e acessível, proporcionando conforto e segurança (Oliveira, 2021).

A prática pedagógica do Professor do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais é fundamental para garantir a inclusão e o desenvolvimento de estudantes com necessidades educativas especiais no contexto inclusivo, desde o assegurar que estes com deficiência do transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e outras especificidades tenham acesso ao currículo escolar, pois complementam no oferecer suporte e recursos que ajudam no ensino regular, adaptando metodologias e materiais às necessidades específicas para cada um.

É essencial que os professores estejam familiarizados com a legislação brasileira sobre educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), além das diretrizes curriculares para o AEE, estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Essas normativas orientam a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas.

A formação do professor de AEE deve envolver a preparação para trabalhar em colaboração com outros educadores, como professores de disciplinas regulares, psicopedagogos, assistentes sociais e outros profissionais. O trabalho em equipe permite que o aluno com deficiência tenha um atendimento mais completo e integrado.

2.1 A formação do professor de AEE para o aprendizado inclusivo

A prática pedagógica do Professor do AEE na Sala de Recurso Multifuncional requer uma demanda extremamente exaustiva, mas relevante para o contexto inclusivo, dado que, os estudantes públicos-alvo da educação especial inseridos na escola regular necessitam de suportes que, se considera único na prática docente e que reflete no ensino regular diretamente. Apesar da existência de diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), poucos estudos analisam a implementação dessas diretrizes na prática pedagógica dos Professores que atuam diretamente no AEE.

Embora se saiba que, a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) não seja reforço escolar para as atividades dos estudantes no contra turno, mas ainda assim, muitos professores do ensino regular pensam desta forma, ou seja, aspectos que ainda precisam ser mais investigados. A formação de professores para a Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel fundamental no processo de inclusão escolar.

Para que os professores possam atuar com eficácia, proporcionando um ambiente de aprendizado acessível e adaptado às necessidades dos estudantes com deficiência, é essencial que sua formação contemple uma série de aspectos que envolvem tanto a teoria quanto a prática e envolver a todos no ambiente escolar. Assim, destaca-se que, com a:

[...] formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL, 2005, p. 9).

A base para a formação de um professor de AEE é o entendimento profundo dos princípios da educação inclusiva, pois a inclusão não é apenas uma questão de integrar estudantes com deficiência nas salas de aula, mas também de proporcionar um ambiente onde todos estes, independentemente de suas condições, possam aprender de forma equitativa. Visto que, os professores do AEE precisam entender as diferentes deficiências (físicas, sensoriais, intelectuais, múltiplas, transtornos do espectro autista, entre outras) e como elas impactam o processo de aprendizagem. Isso envolve na orientação formativa para o docente do ensino regular.

Os professores do AEE auxiliam na identificação e na avaliação das necessidades educacionais especiais, passam a dominar conhecimentos das metodologias de ensino adaptadas que melhor se encaixe as necessidades de dado estudante. As estratégias de comunicação, como

a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de comunicação alternativa, ou do uso dos códigos dos Sistema Braille, são desafiadores no receber nas SRM os estudantes com singularidades mais peculiares que outras, ou seja, a preparação deste profissional não é tão simples como se pensa. Desta forma, se pontua Oliveira (2021), ao frisar que:

Um fator agravante é a ausência de recursos tecnológicos que dão o suporte apropriados e adaptados que atendam estes educandos de forma adequada e que garantam um atendimento educacional especializado de forma digna, tornando-se um processo inclusivo e não exclusivo dentro da inclusão; não esquecendo ainda dos profissionais do ensino regular que não querem ou não aceitam atender esses educandos com características específicas, por tratar-se de uso de computadores, softwares, recursos adaptados e alternativos (OLIVEIRA, 2021, p. 249).

Compreende-se que, a pouca, a inadequada ou nenhuma formação pedagógica deve ser centrada fatores a ser pensados pelas secretarias municipais e estaduais de educação, para que, o desenvolvimento de estratégias de ensino que favoreçam as aprendizagens do estudante com deficiência passe a melhorar no ensino regular. Para tal, o professor do AEE na SRM necessite de planejamentos de aulas e atividades com materiais didáticos adaptados, que consiga usufruir das tecnologias assistivas para apoiar o processo de ensino e aprendizagem com segurança.

Percebe-se que, este dá o suporte necessário na avaliação inclusiva, que leva em conta as diferentes formas de aprendizado destes estudantes, além de permitir que todos demonstrem seus conhecimentos de maneira adequada e em seus tempos apropriados. Além disso, é fundamental que haja um trabalho colaborativo entre professores da sala regular, profissionais de apoio atuantes do AEE, famílias e a comunidade escolar, pois a inclusão não deve ser vista como uma responsabilidade individual do docente, mas como um compromisso coletivo da escola em garantir uma aprendizagem significativa para todos. Volta-se a citar o renomado autor Oliveira (2021), por pontar que:

Receber uma formação adequada por parte das secretarias de educação especial é um meio de formação continuada, com isto, buscar formações, capacitações e oficinas que favoreçam o uso das TICs para as salas de recursos multifuncionais irão proporcionar a assistência e o apoio ao educando deficiente de forma inclusiva, como deve ser oferecida (OLIVEIRA, 2021, p. 252).

Na prática docente, a inclusão exige não apenas boa vontade, mas formação continuada séria, acesso a recursos pedagógicos e apoio institucional que atenta as especificidades dos estudantes no processo inclusivo. O professor de ambas as salas precisa conhecer as especificidades dos estudantes com deficiência, sendo estas (transtornos globais do desenvolvimento, as físicas, as surdas, as visuais integral/parcial ou altas habilidades/superdotação e outras), para o desenvolver estratégias diferenciadas de ensino, como o uso de materiais adaptados, tecnologias assistivas e metodologias ativas que soem como suporte ao estudante.

A formação docente para ambos profissionais é fundamental para que os mesmos desenvolvam competências e habilidades específicas e necessárias para o implementar das práticas inclusivas. Isso envolve cursos de capacitação e troca de experiências com outros profissionais, oficinas de materiais de baixo custo, formações tecnológicas, dentre outras ações importantes para a efetiva atuação.

A inclusão deve ser uma responsabilidade compartilhada, envolvendo professores, gestores, estudantes e famílias, por isso, os diálogos e as colaborações entre todos os atores são fundamentais para construir uma cultura escolar inclusiva que a lei garante. Assim, pontua-se neste contexto desafiador:

Tabela 02: Práticas Inclusivas na Sala de Recurso Multifuncional e seus Desafios

Metodologias Ativas	Utilizar abordagens que estimulem a participação de todos os alunos, como trabalhos em grupo, debates e projetos colaborativos.
Uso de Tecnologia	Integrar ferramentas tecnológicas que facilitem o aprendizado personalizado, como softwares educacionais e plataformas online que atendam diferentes estilos de aprendizagem.
Avaliação Formativa	Implementar avaliações que considerem o progresso individual dos alunos ao invés de apenas aplicar testes padronizados.
Atividades que Promovam a Empatia	Realizar dinâmicas que ajudem os alunos a entender as dificuldades e habilidades dos colegas, promovendo a empatia e o respeito mútuo.
Estratégias Pedagógicas na SRM	Abordar didáticas, recursos didáticos, tecnologia assistiva.
Desafios e Dificuldades na Prática do Professor do AEE	Enfrentar infraestruturas, falta de apoio à gestão escolar, carga horária para melhorar o atendimento.
Relação entre AEE e Ensino Regular	Articular entre professor do AEE e professor da sala comum as ações que favorece o desenvolvimento pleno do estudante.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Ao se compreender esta segunda tabela, é perceptível como a formação do Professor de AEE para o aprendizado inclusivo é desafiador, pois, este tem que aprender para atender seus estudantes público-alvo da educação especial, dá suportes ao professor do ensino regular, oferecer melhores esclarecimentos as famílias dos estudantes com deficiência, além do promover formações a toda a comunidade escolar. Embora, a implementação de políticas inclusivas enfrente desafios, como a resistência à mudança e a falta de recursos, também traz diversas oportunidades, como o enriquecimento da experiência de aprendizagem e a preparação dos estudantes para conviver em uma sociedade diversificada.

Aponta-se que, uma escola inclusiva não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas enriquece a formação de todos os estudantes, ao promover um ambiente de cooperação e respeito pela diversidade. Consolidando a prática pedagógica do Professor do AEE na Sala de Recurso Multifuncional com excelência para todas as singularidades dos estudantes envolvidos, ou seja, a formação do Professor do AEE envolve as políticas públicas, as diretrizes legais e desafios da formação inicial e continuada por longos anos na história há décadas (Oliveira, 2021).

O trabalho do Professor de AEE na SRM envolve intervenções especializadas, que podem ser feitas em pequenos grupos ou individualmente, para apoiar as necessidades específicas dos alunos com deficiência, pois oferece o apoio individualizado, onde o se adapta o conteúdo, as atividades e as avaliações de acordo com as necessidades dos estudantes, como também, no acompanhamento contínuo, ajustando as abordagens de ensino conforme a evolução do aluno.

3 Conclusão

Entendeu-se que, a prática pedagógica envolvendo o Professor do AEE na Sala de Recurso Multifuncional propõe o conhecimento sobre todas as diversas deficiências e transtornos, sendo fundamental para se compreender e atender adequadamente às necessidades dos estudantes diagnosticados, pois incentivar a participação da família neste processo educativo, mantendo-os informados e envolvidos nas atividades.

Percebeu-se que novos progressos, é um caminho da promoção da inclusão escolar, o que se faz necessário a reuniões/encontros periódicos no ajudar do fortalecer de parcerias. Percebeu-se que, a política inclusiva na prática docente é um compromisso com a justiça social e a promoção dos direitos humanos, portanto, ao adotar uma abordagem inclusiva na sala de aula, as escolas não apenas cumprem legislações e normativas, mas transformam o ambiente escolar em um espaço onde todos possam sentir-se valorizados e capazes de contribuir com suas singularidades.

Tornou-se importante, porque a educação inclusiva é, portanto, um caminho fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, isso pode ser alcançado por meio de reflexões sobre as barreiras atitudinais, as tecnológicas, as de comunicação e de informação dentre outras sociais na promoção de uma cultura de respeito à diversidade dentro e fora do ambiente escolar.

Focou-se na formação do Professor de AEE para o aprendizado inclusivo como um desafio, mas numa oportunidade de transformação para o sistema educacional, pois ela exige um conjunto diversificado de competências que vão desde o domínio dos conteúdos pedagógicos da educação básica até o desenvolvimento de atitudes e posturas inclusivas, sendo que, os escritos com os renomados teóricos enriqueceram a teoria destas entrelinhas de forma qualitativa no narrar fatos do chão da escolar, além de descrever o atendimento do objetivo proposto.

Ao se promover uma formação robusta e contínua, é possível garantir que os estudantes com deficiência tenham as melhores condições de aprendizado, respeitando suas necessidades e potencialidades, além da parceria com Professor do ensino regular com o da SRM. Baseou-se na revisão bibliográfica, por ser um passo essencial para fundamentar o estudo sobre a prática do professor do AEE na SRM. Buscou-se em bases de dados confiáveis e sistematizou-se as informações em quadros de análise.

Pontuou-se que, a compreensão sobre as metodologias utilizadas, a identificação de desafios e possíveis soluções para melhorar a prática pedagógica, a reflexão sobre a importância da formação continuada do Professor do AEE e sobre a prática pedagógica e seu impacto

na aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, além de sugestões para aprimorar a atuação do Professor na SRM, ficando evidente bons resultados.

Frisou-se soluções para a indagação levantada no estudo, além de se pontuar melhorias para trabalhos de colaboração entre tais profissionais (AEE da SRM e do Ensino Regular), visto que, seu papel ainda envolve o atender das potencialidades a toda a comunidade escolar, mesmo com seu superara da pouca ou nenhuma formação que o prepare cada vez mais no garantir a educação inclusiva no chão da escola, sem deixar de lado o contexto teórico, pois é este que abre caminhos para as melhores práticas docentes.

Evidenciou-se que, as estratégias para uma mesma deficiência no atendimento individualizado variam bastante, se entendeu que as personalizações a cada estudante sempre vão existir e a parceria precisa ser contínua na inclusão, pois com a prática pedagógica do professor do Atendimento Educacional Especializado na sala de recurso multifuncional é fundamental para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Destacou-se nesse espaço de estudo que, o professor desenvolve estratégias pedagógicas específicas, utilizando recursos didáticos, tecnológicos e metodológicos adaptados às necessidades individuais dos estudantes, essa atuação busca complementar e/ou suplementar o ensino oferecido na sala de aula comum, haja vista que, o trabalho do professor do AEE envolve planejamento, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento do estudante, em parceria com os professores da classe regular e com a equipe pedagógica da escola.

Concluiu-se que, essa colaboração contribui para a construção de práticas inclusivas e para a eliminação de barreiras que possam dificultar o processo de aprendizagem, assim, a Sala de Recurso Multifuncional torna-se um espaço de apoio pedagógico que fortalece a inclusão escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Referências

- ALONSO, Daniela (2013). Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Escola - online**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialistadesafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>. Acesso em: mar. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: Ensaio pedagógico construindo escolas inclusivas**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, 2005.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: jan. 2026.
- CARVALHO, R. E. **A nova LDB e Educação Especial**. 2ªed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2015.

MOSCARDINI, S. F. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais**. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2011.

MOSCARDINI, S. F. **Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

MOSCARDINI, S. F. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: fev. 2026.

MOSCARDINI, S. F. **Salas de recurso multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursosmultifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: jan. 2026.

OLIVEIRA, Nivaldo. P. de. **O Uso das TICs na Formação de Professores que Atuam no Atendimento do Educando com Deficiência**. E-book Informática e Tecnologias em Contextos Educacionais. 1.ed. / Belo Horizonte: Educação Transversal Edições, 2021, 336 p. ISBN: 978-65-994576-5-4. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/informatica-e-tecnologias-em-contextos-educacionais>. Acesso em: mar. 2026.